



A crise nas universidades federais e a necessidade de reformas: o caso da UFRJ

Fabiana Carvalho da Silva Bispo
fabiana.bispo@ifb.edu.br
IFB

Ailton Bispo dos Santos Junior
ailton.bispo@ifb.edu.br
IFB

Resumo: A educação é a base do desenvolvimento sustentável de qualquer país. Ela é vital para romper com a histórica dependência científica, tecnológica e cultural de nosso país e consolidar o projeto de nação democrática, autônoma, soberana e solidária. Sem educação não há desenvolvimento, porém o processo de globalização colocou o nosso país e as nossas universidades em uma encruzilhada. De um lado, desregulamentação, burocracia e desorganização e de outro um projeto que percebe a educação superior como um bem público a ser ofertado gratuitamente pelo Estado com qualidade, democracia e dignidade. Fatores dos mais diversos levam as universidades do país a uma indesejável crise. A falta de financiamento e autonomia, salários defasados, paralisações na luta por direitos e sobrevivência. Esse quadro deprimente pode e deve ser recuperado, através de um processo de reinvenção, de auto-superação das universidades, através dos seus ideais voltados ao progresso da ciência e da sociedade, de participação nos valores humanísticos da cultura e das artes e da inserção nos verdadeiros problemas da comunidade. O objetivo deste trabalho é analisar a crise pela qual a universidade pública no Brasil, em particular a UFRJ, vem sofrendo e o papel e as propostas de melhorias do Estado em relação ao ensino superior por meio de um estudo das políticas educacionais e das atividades do Governo, através de relatórios, livros e periódicos.

Palavras Chave: Ensino Superior - Educação - Universidade - Estado - crise educacional

1. INTRODUÇÃO

No final da década de 60, a Reforma Universitária de 1968 (RU/68) determinou que as instituições de ensino superior brasileiras adotassem, via de regra, o modelo de universidade moderna, que associa ensino e pesquisa e contempla diversas áreas do conhecimento. A introdução de pesquisa na universidade, naquele momento aspiração de diversos segmentos da sociedade, era tida como via para o desenvolvimento científico e tecnológico autônomo. Entretanto, em menos de uma década, a produção acadêmica e periódicos informativos abordavam a crise da universidade pública brasileira, focando a discussão nas impossibilidades e desvantagens do Governo Federal de manter o modelo moderno.

Nos anos 80, onde se presenciava uma crise em todo o mundo ocidental (tanto nos países centrais quanto nos periféricos), a instituição acadêmica apresentava-se como custo para os Estados que assumiam uma configuração neoliberal. Esta temática perdurou até meados da década seguinte, quando a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB/96) e legislação complementar não mais definiam a universidade como instituição pluridisciplinar que associa ensino e pesquisa. A partir de então passou-se a debater, mais fortemente, as causas e implicações dessa política para a estrutura de pesquisa do país.

Há anos a universidade pública brasileira resiste às numerosas tentativas em desqualificá-la, enquanto espaço público e crítico de produção do conhecimento. Somam-se a isto diversos outros problemas, tais como: a falta de recursos, o não atendimento às necessidades básicas dos docentes, a necessidade de criação de mais cursos noturnos, uma maior oferta de vagas etc. Tais problemas são indicadores de uma crise na universidade pública, que passou de protegida à abandonada. Por outro lado, ocorre uma grande expansão nas particulares.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) verificam-se muitos dos problemas supracitados, além de outros como o corte das bolsas de iniciação científica; a falta de professores para ministrar disciplinas obrigatórias e optativas; a falta de bibliotecas atualizadas; a falta de materiais de estudo; além de greves e outros. Percebe-se a necessidade de reformas urgentes, porém, a discussão da reforma deve partir daquilo que é a atividade própria da universidade, para definir o modelo de universidade adequado ao Brasil.

O presente artigo tem por objetivo analisar a crise da universidade pública federal no Brasil, destacando o caso da UFRJ, baseando-se em variáveis concernentes ao estudo das políticas educacionais, atividades do Governo, analisando o papel do Estado e o da UFRJ com base em relatórios, livros e periódicos.

Trata-se de uma pesquisa descritiva e bibliográfica, com consulta aos materiais publicados relacionados ao tema em questão. Procura-se responder qual o papel da UFRJ no Brasil de hoje e sua relação com a sociedade baseando-se na hipótese de que a universidade, enquanto uma prestadora de serviços, e acima de tudo um componente muito importante da sociedade, tem que se submeter às exigências do mercado de trabalho, uma vez que ela, como instituição educadora, tem seus próprios objetivos e autonomia para encaminhá-los e de que os professores precisam preparar os alunos para serem pesquisadores por excelência, acadêmicos curiosos, criativos e reflexivos e os alunos também precisam alterar profundamente os seus papéis, eles precisam ser atores dos seus próprios processos educativos e não apenas meros expectadores.

2. O PAPEL DO ESTADO EM RELAÇÃO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

2.1 O ENSINO SUPERIOR – FINALIDADES

Entende-se a universidade como instituição educativa cuja finalidade é o permanente exercício da crítica, que se sustenta na pesquisa, no ensino e na extensão, ou seja, na produção do conhecimento por meio da problematização dos conhecimentos historicamente produzidos, de seus resultados na construção da sociedade humana e das novas demandas e desafios que ela apresenta. Estes, por sua vez, são produzidos e identificados também nas análises que se realizam no próprio processo de extensão, mediante as relações estabelecidas entre os sujeitos e os objetos de conhecimento. Em relação com a sociedade, a universidade desempenha papel de antagonismo e de complementaridade, ou seja, conserva e transforma. (GARRIDO e ANASTASIOU, 2002)

Em decorrência dessas finalidades, dois princípios organizacionais e de funcionamento se impõem: a convicção de que os espaços institucionais, democraticamente constituídos, por expressarem e contemplarem a diversidade e a pluralidade de pensamento, são espaços legítimos para efetivar essa finalidade; a convicção de que o processo educativo de qualidade resulta da participação dos sujeitos nos processos decisórios, o que se traduz no fortalecimento de práticas colegiadas na condução dos projetos e das ações educativas na universidade. (GARRIDO e ANASTASIOU, 2002)

Assim, as funções universitárias podem ser sistematizadas nas seguintes: criação, desenvolvimento, transmissão e crítica da ciência, da técnica e da cultura; preparação para o exercício de atividades profissionais que exijam a aplicação de conhecimentos e métodos científicos e para a criação artística; apoio científico e técnico ao desenvolvimento cultural, social e econômico das sociedades. (GARRIDO e ANASTASIOU, 2002; CATANI, 2002)

Um grande desafio da universidade, hoje, é estar em sintonia com os novos tempos. As tendências de futuro devem ser antevistas, para que a universidade seja capaz de responder às novas demandas, criando novos cursos, inventando novos processos pedagógicos, gerando conhecimentos que contribuam para a materialização do desenvolvimento sustentável do país.

2.2 O PAPEL DO ESTADO

De acordo com Trigueiro (2000), uma nação moderna não pode viver de um pequeno grupo de supereducados, mas da eficiente educação da maioria de seus integrantes e que eficiências econômicas, sociais e culturais existe em cada nível de ensino, correspondendo, simetricamente, a cada um desses níveis, necessidades econômicas, sociais e culturais específicas. Entretanto, para este autor, é preciso compreender a nação como uma totalidade compacta e dinâmica, dentro do qual todos se distribuem somando eficiência, sendo igualmente necessário conceber a educação como o processo capaz de prover essa eficiência plena ao longo dos tempos.

O Ministério da Educação (MEC) tem como pressuposto fundamental que o futuro do país passa, necessariamente pela educação. Dentro dessa visão, não haverá um Brasil, justo e soberano, se não tivermos escolas e universidades democráticas e de qualidade, inseridas no processo de mudança da nossa história.

Durkheim (1975) considera que, sendo a educação uma função essencialmente social, o Estado não pode desinteressar-se dela. Manheim (1972) defende que para haver a concretização da democracia, os seus membros devem ser educados desde o início da vida em sociedade

dentro dos valores e normas democráticas. Pela teoria econômica neoclássica, a educação é vista como um componente do capital humano, isto é, como insumo fundamental ao bom desempenho econômico de uma nação.

A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 208 diz que:

“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (inciso V) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um e (inciso VI) oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando”.

Constitucionalmente, existe uma limitação à ação do governo fora do âmbito do sistema mantido pela própria União, fixada no artigo 209 da Constituição que diz:

“ O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:
I - cumprimento das normas gerais da educação nacional,
II - autorização e avaliação de qualidade pelo poder público. ”

As normas gerais da educação nacional referem-se à estrutura, organização e funcionamento dos sistemas educacionais. A autorização e avaliação pelo poder público, em função de critérios de qualidade, pressupõem a existência e exigência do cumprimento de requisitos mínimos, parâmetros e critérios de aplicação a serem aferidos, antes, no processo e, ao final, na saída pelos formandos.

Nesse contexto, fica-se com o entendimento de que o governo, no âmbito do sistema federal de ensino, o qual exige investimentos públicos, pode direcionar o processo de expansão e desenvolvimento, segundo as prioridades estabelecidas pelas metas governamentais. No setor privado, cumpre ao governo fixar diretrizes gerais e definir normas e procedimentos com vistas à autorização e à garantia do padrão de qualidade exigido, princípio obrigatório estabelecido pelo inciso VII do artigo 206 da Constituição.

Na visão do MEC, a educação é um bem público, inserida no campo dos direitos sociais básicos, tratada como prioridade da sociedade brasileira e, portanto, como questão de Estado. Dessa forma, a educação deve ser promovida e sustentada primordialmente pelo Estado. Existe hoje, no Brasil, uma série de mecanismos institucionais que têm permitido um aumento da flexibilidade e diferenciação das atividades educacionais e de pesquisa na área pública, além de projetos que visam: a ampliação da autonomia financeira e didática das universidades; a criação de fundos de pesquisa com recursos a serem distribuídos por critérios de qualidade e a ampliação do sistema de bolsas de estudo para permitir que estudantes sem recursos estudem em instituições particulares. Dessa forma, fica entendido que a tarefa do Estado é oferecer a educação a todos, indistintamente, com qualidade.

O papel do Estado é fundamental numa época em que as instâncias não-governamentais (sindicatos, partidos políticos e outros) parecem se responsabilizar por quase tudo. Entretanto, deve-se ressaltar que a arbitragem estatal é essencial para que os limites das ações sejam definidos, áreas de interesse mapeadas e, além disso, haja preservação do bem público acima dos interesses corporativos que sempre se apresentam, mesmo na arena estatal. Atualmente nos deparamos com cortes orçamentários na área educacional afetando o ensino superior.

Há, entre os educadores, a necessidade de repensar a estrutura e as funções do ensino superior, o que representa um problema complexo e difícil de ser abordado sem provocar conflitos de interesse, principalmente, sem envolver questões mais amplas a respeito do papel

do Estado na condução do processo de desenvolvimento da educação superior, tendo-se em mente os princípios e preceitos constitucionais. (FÁVERO e PASINATO, 2003)

A questão do relacionamento entre o Estado e o sistema educacional tem sido usualmente distorcida por uma falsa polaridade entre estatização, burocratização e padronização, de um lado, e privatização, flexibilidade e pluralidade por outro. Na realidade, o sistema universitário hoje no Brasil combina o pior dos dois mundos: por um lado, um sistema altamente controlado, burocratizado e enrijecido; por outro, uma expansão do número de instituições de ensino privado e custos crescentes para os estudantes. (SCHWARTZMAN, 2008)

Percebe-se que a educação não pode, hoje em dia, deixar de ser promovida e sustentada primordialmente pelo Estado, mas isso não deve implicar necessariamente os vícios do passado enraizados na estrutura educacional. Já existe hoje, no Brasil, uma série de mecanismos institucionais que têm permitido um aumento da flexibilidade e diferenciação das atividades educacionais e de pesquisa na área pública, que deveriam ser explicitados e fortalecidos: a ampliação da autonomia financeira e didática das universidades, a criação de fundos de pesquisa com recursos a serem distribuídos por critérios de qualidade, a ampliação do sistema de bolsas de estudo para permitir inclusive que estudantes sem recursos estudem em instituições particulares, são alguns mecanismos possíveis de serem implementados. Autores consideram que é necessário eliminar o controle burocratizado e cartorial do Estado sobre as instituições de ensino, próprias ou do setor privado, e substituí-lo por mecanismos de avaliação substantiva de cursos e programas, criações de unidades experimentais, equipes de assistência administrativa e pedagógica etc. (PEREIRA, 2009; SCHWARTZMAN, 2008)

A tarefa do Estado é fazer com que a educação e, em particular, o ensino superior possam ser oferecidos em grande escala, atendendo a anseios de parcelas expressivas da sociedade e conjugando qualidade com inclusão social. A construção do futuro do Brasil depende de uma universidade com autonomia, constituída pela democratização do acesso e mantida por um sistema de financiamento eficaz, sob o controle da sociedade. (PEREIRA, 2009; GARRIDO e ANASTASIOU, 2002)

3. A CRISE NA UNIVERSIDADE FEDERAL

Observa-se nos noticiários que a universidade federal atual está mergulhada em crises financeiras que comprometem a qualidade do ensino. A falta de financiamento e autonomia, salários defasados, paralisações diversas, o desequilíbrio entre o desenvolvimento da pesquisa científica e aplicada, visão ultrapassada, falta de compromisso com prazos, carência de equipamentos de pesquisa e o distanciamento da universidade em relação ao setor produtivo e à sociedade, são indicadores da crise na universidade federal, que passou de protegida a abandonada enquanto ocorre uma expansão das particulares.

A consequência mais trágica de tudo isso afeta diretamente os universitários, deixando-lhes apenas a possibilidade de atribuírem algum valor somente ao ingresso na universidade. A inexperiência e a frustração dos jovens na busca de oportunidades de emprego são o resultado mais óbvio desse estado das coisas.

É reconhecido em todo o mundo que a função das universidades não é somente a formação de profissionais de nível superior, mas também a criação de conhecimento, principalmente porque essa criação mantém os professores atualizados e capazes tanto de efetuar a transmissão de conhecimento quanto dar uma verdadeira formação aos seus alunos.

Dessa forma, os alunos podem adquirir não somente conhecimentos livrescos mas também uma criatividade que poderão aplicar, por exemplo, nas atividades profissionais em empresas, levando à criação de inovação científica e também de inovação tecnológica, tão essencial para nosso desenvolvimento econômico. Com mais tecnologia disponíveis e maior capacidade competitiva, geram-se novos empregos e renda. (PEREIRA, 2009; GARRIDO e ANASTASIOU, 2002)

A educação superior brasileira carece de um choque de gestão que deve torna-la flexível, ágil e dinâmica. Necessita-se de uma autonomia substantiva, não apenas formal, uma vez que a Constituição Federal já assegura essa autonomia, conceito reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e reiterado no Plano Nacional de Educação. No entanto, na prática, essa autonomia nunca aconteceu devido a um emaranhado de leis às quais as universidades são dependentes. Há de se levar em consideração que nunca se chegará a uma situação considerada plenamente satisfatória ou mesmo ideal em um país com tantas deficiências como o nosso, mas a vantagem de poder estabelecer uma política própria de gestão de pessoal, de salários, de equilíbrio entre gastos com pessoal, investimentos e manutenção é enorme, considerando a grande capacidade técnica das universidades no setor administrativo. Sendo assim, será possível fazer um planejamento a longo prazo. (STEINER e MALNIC, 2006)

A educação superior urge por reformas. A própria carreira acadêmica necessita de aperfeiçoamento nas universidades federais, e isso é algo que elas poderão efetivar com sua autonomia. Nos dias de hoje, pelo menos nas melhores universidades, quando um novo docente é contratado, já o é muitas vezes com o doutorado completo, o que lhe dá o nível de professor adjunto nas federais. O sistema federal de ensino superior foi construído com muitos sacrifícios, principalmente de seus professores/ pesquisadores. Boa ciência tem sido feita em muitos laboratórios e muitos profissionais renomados foram formados em universidades federais. A existência de pesquisa é uma condição fundamental para formar profissionais eficientes e capazes de criar inovação científica, cultural e tecnológica, e seria um retrocesso gigantesco colocar a perder tudo o que foi feito até hoje. (STEINER e MALNIC, 2006)

4. A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – SUA HISTÓRIA E SEUS PROBLEMAS

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi criada no dia 7 de setembro de 1920, por meio do decreto nº 14.343, do então presidente Epiácio Pessoa, como parte das comemorações da independência do Brasil.

Inicialmente denominada Universidade do Rio de Janeiro, teve seu nome modificado para Universidade do Brasil em 5 de julho de 1937. Mas foi somente em 17 de dezembro de 1945, graças ao decreto-lei nº 8.393, que conquistou sua autonomia administrativa, financeira e didática. Finalmente, no ano de 1965, a Lei nº 4.831, de 5 de novembro, de autoria do general Castelo Branco, determinou nova mudança na denominação da instituição, que passou a chamar-se Universidade Federal do Rio de Janeiro, nome que manteve até o último dia 30 de novembro de 2000 quando recuperou na Justiça o direito a utilizar o nome Universidade do Brasil. (TEIXEIRA, 2003, JUNIOR 2002)

Por ocasião de sua fundação, a Universidade do Brasil/UFRJ foi formada pela reunião das seculares unidades de ensino superior já existentes no Rio de Janeiro: a Faculdade de Medicina, antiga Academia de Medicina e Cirurgia, criada em 1808 por D. João VI; a Escola Politécnica, continuação da Escola Central, e a Faculdade de Direito, todas com vida autônoma. A essas unidades iniciais, progressivamente foram-se somando outras, tais como a Escola

Nacional de Belas Artes, a Faculdade Nacional de Filosofia e diversos outros cursos que sucederam àqueles pioneiros. Com isso, a Universidade do Brasil representou papel fundamental na implantação do ensino de nível superior no país. Uma vez que a tradição desses cursos pioneiros que constituíram o que hoje é a UFRJ conferiu-lhe o papel de celeiro dos professores que, posteriormente, implantaram os demais cursos profissionais de nível superior no Brasil. (TEIXEIRA, 2003; JUNIOR 2002)

O início da segunda metade do século XX marcou a institucionalização da pesquisa na UFRJ, com a consequente implantação de institutos de pesquisa, docência em regime integral, formação de equipe altamente especializada e estabelecimento de convênios com agências financiadoras nacionais e internacionais. (TEIXEIRA, 2003; JUNIOR, 2002)

O ano de 1958 encontrou a comunidade universitária com profundos e urgentes anseios de reforma estrutural. Desencadeado o processo da Reforma Universitária, a UFRJ teve seu plano de reestruturação, que visava à sua adequação às normas então editadas, aprovado por Decreto de 13 de março de 1967. Daquele momento em diante, a Universidade do Brasil sofreu profundas e sucessivas transformações. De primeira universidade criada pelo governo federal (e durante muitos anos a única), evoluiu paulatinamente até alcançar o estágio atual, impondo-se como instituição não apenas de ensino, mas também de pesquisa - e, onde, conseqüentemente, prestam-se os mais variados serviços à comunidade. (TEIXEIRA, 2003)

Hoje, impondo-se como a maior universidade pública federal do país, a UFRJ mantém atividades em seus campus da Ilha da Cidade Universitária e da Praia Vermelha e em algumas localizações isoladas, como é o caso do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/IFCS, da Faculdade de Direito e da Escola de Música (Centro); da Maternidade-Escola (Laranjeiras); do Observatório do Valongo (Saúde); do Museu Nacional (Quinta da Boa Vista) e dos oito Hospitais Universitários, além da Casa da Ciência, que funciona em Botafogo.

4.1 A CONSTRUÇÃO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA

A ideia da construção de um campus único que concentrasse as atividades da universidade data de 1935. Após dez anos de estudos (de 1935 a 1945) elaborados por diversas comissões para diferentes locais, em 1948 optou-se por situar a cidade universitária em uma ilha artificial na baía de Guanabara, no Estuário de Manguinhos, na Enseada de Inhaúma, formada pelos rios Jacaré, Farias e Timbó. Assim, no período de 1949 a 1952, nove ilhas (Cabras, Pindaí do Ferreira, Pindaí do França, Baiacu, Fundão, Catalão, Bom Jesus, Pinheiro e Sapucaia) foram interligadas, totalizando uma superfície de 4,8 milhões de metros quadrados, para abrigar a Cidade Universitária.

Em 1959, o presidente Juscelino Kubitschek denominou, por meio do Decreto 47.535, a ilha resultante da fusão do arquipélago original de Ilha da Cidade Universitária da Universidade do Brasil.

O projeto técnico ficou sob a responsabilidade da equipe de arquitetos do Escritório Técnico da Universidade do Brasil (ETUB), tendo como arquiteto-chefe Jorge Machado Moreira. O campus foi projetado para uma população inicial de 25 mil pessoas, que poderia chegar a 40 mil, entre alunos, professores, funcionários e pacientes do Hospital Universitário, havendo a previsão de habitações para 10 mil alunos e 300 famílias de professores.

Iniciadas em 1954, as obras evoluíram lentamente até que, em janeiro de 1970, o então presidente Emílio G. Médici assinou decreto abrindo um crédito de 23 milhões de cruzeiros para acelerar a construção da Cidade Universitária. A verba destinada por aquele decreto foi

resultante da transferência dos recursos destinados à EXPO 72, comemorativa do sesquicentenário da independência, o que causou polêmica na época. Mas, a partir desse momento, as obras foram aceleradas e, em 1973, foi determinada a transferência das instalações da Praia Vermelha para a Ilha da Cidade Universitária e a venda dos prédios existentes, para aplicação do dinheiro apurado nas obras de construção da Cidade Universitária.

Na época em que foi decidida, a localização isolada da Cidade Universitária seguiu o princípio do zoneamento funcional da cidade, que também determinou a organização do campus por setores (administração, unidades acadêmicas, alojamentos e serviços auxiliares). Todo o espaço foi concebido como um parque contínuo, atravessado por ruas de automóveis e pedestres, conectando os edifícios, tratados como volumes isolados.

Atualmente, a Ilha da Cidade Universitária possui um conjunto de edificações que congregam 60 unidades acadêmicas e instituições afins conveniadas, além de setores técnicos, esportivos e administrativos da Universidade do Brasil. A malha urbana e os complexos arquitetônicos da cidade universitária - por onde circulam diariamente cerca de 60 mil pessoas - ocupam 30% do território atual da Ilha, cuja localização estratégica entre o aeroporto internacional Tom Jobim e o centro financeiro da cidade, lhe garante uma grande visibilidade.

Objetivando enriquecer ainda mais a Cidade Universitária com instituições científicas e culturais, complementando ou integrando as próprias atividades da Universidade, convênios de cessão de uso de áreas do terreno trouxeram para o campus importantes instituições, como é o caso do Instituto de Engenharia Nuclear da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobrás (CENPES), do Centro de Pesquisas da Eletrobrás (CEPEL) e do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), órgão ligado ao Ministério das Minas e Energia.

4.1.1 GRADUAÇÃO

A UFRJ possui, aproximadamente, 148 cursos de graduação. A Sub-Reitoria de Ensino de Graduação e Corpo Docente é responsável pela política de ensino de graduação, desenvolvimento de projetos estratégicos e administração das tarefas que envolvem cerca de 40.000 alunos nas diferentes modalidades dos cursos de graduação da UFRJ.

4.1.2 PÓS-GRADUAÇÃO

A UFRJ possui, aproximadamente, 91 programas de pós-graduação. Há cursos de mestrado, doutorado, especialização, etc. A Sub-Reitoria de Ensino para Graduados e Pesquisa é responsável pela política de ensino de pós-graduação e pesquisa da UFRJ.

4.1.3 EXTENSÃO

A UFRJ possui cursos de extensão em todos os seus centros. A Sub-Reitoria de Extensão e Desenvolvimento é responsável pela política de extensão e desenvolvimento em todos os campus e em unidades externas da UFRJ.

4.2 UFRJ EM CRISE

A UFRJ possui o título de maior universidade do Brasil e se fosse considerada uma cidade do Estado do Rio, certamente ocuparia uma posição de destaque. Com uma população

de aproximadamente cem mil pessoas circulando diariamente por suas unidades, a UFRJ poderia ser considerada a 23ª maior cidade do estado. Segundo a estimativa de agosto/2004 do IBGE, ela ficaria na frente da cidade de Araruama, com 95.003 moradores, e atrás de Resende (115.086 habitantes). Ao todo, a UFRJ oferece 148 cursos/habilitações de graduação localizados em dois campus, o da Ilha do Fundão e o da Praia Vermelha, e em unidades isoladas como o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, a Faculdade de Direito e a Escola de Música, entre outras. É uma verdadeira cidade e possui até prefeitura e, como toda cidade, a UFRJ também enfrenta problemas de transporte, iluminação, segurança. Visando melhorar a qualidade de vida da sua “população”, formada na maior parte por alunos, professores e funcionários, a Universidade do Brasil está reformulando o seu plano diretor, que data de 1972. (JUNIOR, 2002)

Com cerca de 40 mil alunos, a UFRJ mantém, de fato, uma estrutura de cidade. Ela possui, por exemplo, três teatros. Queimados e Barra do Piraí não têm nenhum. Em Resende, são quatro, em Araruama, um. No que se refere à biblioteca, a universidade tem 43. Em Resende são apenas cinco. Em museus, a UFRJ (dona do Museu Nacional e da Casa da Ciência) ganha de seis a zero contra Queimados e Barra do Piraí, e de seis a um em Araruama e de seis a três em Resende.

No Fundão, a responsabilidade pela rede elétrica, da limpeza dos prédios e das ruas e da rede hidráulica é a prefeitura da universidade, um órgão ligado à administração central da UFRJ. O Senhor Hélio de Mattos Alves é o atual prefeito e, segundo ele, iluminação, segurança e transporte são as prioridades da federal do Rio. (MEROLA, 2004)

Conhecida também como cidade universitária, a Ilha do Fundão foi projetada para reunir todas as unidades da UFRJ. Mas um projeto ousado como este custava (e custa) caro e parte dos cursos continuaram sendo oferecidos em prédios no centro do Rio e no campus da Praia Vermelha. O plano diretor elaborado em 1972 ainda tinha como meta levar todas as faculdades para o Fundão. Mas a proposta agora, defendida pelo reitor Aloísio Teixeira, é assumir a idéia de campo descontínuo. (MEROLA, 2004)

Do ponto de vista acadêmico, requer o completo redimensionamento do conteúdo curricular e da carga horária de todas as disciplinas. Do ponto de vista material, implica mais salas de aulas, mais laboratórios, mais equipamentos e, provavelmente, mais servidores técnicos e administrativos, ou seja, mais despesas. (MEROLA, 2004)

O sucateamento da biblioteca da faculdade, a má qualidade de muitas aulas e o despreparo de alguns professores estão entre os maiores problemas que estariam atingindo a faculdade. A falta de pesquisa também tem incomodado os estudantes. Somam-se ainda como necessidades: ampliar o número de vagas; criar mais cursos noturnos; assegurar a assistência estudantil para diminuir a evasão e garantir a permanência de todos os alunos; melhorar a remuneração de professores e técnicos-administrativos e aproximar a universidade da realidade e das necessidades dos alunos. Todos estes problemas levam à necessidade urgente de reformas.

A UFRJ desenvolve inúmeras atividades em suas interfaces não acadêmicas com a demais instituições e segmentos da sociedade desempenhando um importante papel junto à sociedade, porém ela o faz de modo fragmentado e descoordenado e, principalmente, de forma não institucionalizada, o que se transforma em um dos pilares de sua crise. Existe um projeto em curso pela universidade que visa dar um caráter sistêmico a essas atividades, integrando-as em uma política de articulação com a sociedade. Contudo, é preciso que a sociedade possua uma sólida consciência da importância da UFRJ para que seja possível retomar a trajetória de

crescimento, compatível com a missão social e é preciso responder às demandas, que o governo, e a sociedade fazem, de envolvimento com o processo de transformação em curso.

5. CONCLUSÃO

Este estudo teve por objetivo analisar a crise da universidade pública federal no Brasil, tomando como referência básica o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), além de analisar o papel da UFRJ no Brasil de hoje e sua relação com a sociedade.

A hipótese sustentada foi a de que a universidade enquanto uma prestadora de serviços, e acima de tudo um componente muito importante da sociedade, têm que se submeter às exigências do mercado de trabalho, uma vez que ela, como instituição educadora, tem seus próprios objetivos e autonomia para encaminhá-los, e de que os professores precisam preparar os alunos para serem pesquisadores por excelência, acadêmicos curiosos, criativos e reflexivos e os alunos também precisam alterar profundamente os seus papéis. Eles precisam ser atores do próprio processo educativo e não apenas meros expectadores.

Com o desenvolver do trabalho, observou-se que a confirmação de tal hipótese na medida que verificou-se as universidades são instituições vitais em um sistema de ensino superior. Elas formam pessoas para pensar em novas tecnologias, para desenvolver novas políticas, para inovar, enfim, para desenvolver o país.

Acredita-se que esse sistema deva ser imaginado como uma circunferência formada por uma corrente com vários elos interligados entre si. O formato de circunferência é para dar a idéia de interatividade, ou seja, o primeiro elo interage com o segundo, que interage com o primeiro formando uma circunferência. Quanto mais sólidos forem esses elos, mais resistente será a corrente. Se a universidade, os professores, os alunos, a sociedade e o país, por exemplo, forem representados pelos elos da corrente, a seguinte cadeia de raciocínio interativo pode ser desenvolvida: universidades bem equipadas, normalmente motivam seus professores que, por sua vez, preparam melhor os seus alunos para pensar em novas tecnologias, para desenvolver novas políticas, enfim, para inovar. Alunos bem preparados se tornam melhores profissionais, disseminadores de conhecimento e ajudam a formar uma sociedade mais culta, e quanto mais culta é a sociedade, mais ela luta pelo desenvolvimento de seu país. E quanto mais um país se desenvolve, mais consciente ele fica da relevância de um ensino de qualidade e mais investe em universidades e, dessa forma, os “elos” da circunferência giram de forma interativa na busca do desenvolvimento sustentado.

Sendo assim, a universidade deve ter como pressuposto fundamental a concepção de que a produção de saberes deve estar democraticamente a serviço do desenvolvimento de nosso país e da inclusão social. Quanto aos alunos, estes precisam discutir com seus professores os aspectos políticos de sua profissão e de seu exercício na sociedade, a fim de se posicionarem como cidadãos e profissionais. Na universidade pública federal, os alunos devem aprender a serem críticos, reflexivos, questionadores e inovadores. Acredita-se que esse seja o papel mais importante da universidade pública para o Brasil.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) exerce uma papel importante hoje e pode ser considerada um grande pólo de pesquisa e inovação tecnológica e assim sendo, não pode deixar de receber incentivos por parte do governo nem de ter as suas pesquisas encerradas ou descontinuadas por falta de recursos.

Também, para cumprir seu papel de consciência crítica e “construtora de futuros” exercendo-o de forma criativa, a UFRJ deve envidar esforços, com o apoio da sociedade, para

enfrentar e superar suas crises internas, que se acumularam em decorrência das políticas equivocadas das últimas décadas, principalmente com os significativos cortes nos recursos orçamentários.

Nesse contexto, observou-se que a necessidade de uma reforma universitária, de reforma do pensamento que nos organiza como nação, com respeito às diferenças e num processo que nos faça crescer em dignidade, em autoconfiança e autonomia e assim formar uma consciência cidadã que perceba toda e qualquer violação de seus direitos como uma ameaça à sobrevivência de todos nós. A universidade deverá ser o lugar de onde perceberemos os sentidos emergentes da política, da economia, da sociologia, da psicologia. É nela e por meio dela que construiremos os caminhos do futuro.

Tal reforma deverá não só prever a recuperação e manutenção das instalações físicas e a valorização dos seus quadros, mas também repensar o fazer universitário. Enfim, a reforma universitária deverá nos levar a refletir sobre o que a educação superior pode fazer pelo país.

Conclui-se, dessa forma, que dificilmente o Brasil conseguirá decolar, rumo ao tão sonhado desenvolvimento, sem antes investir pesadamente na educação. Ocorre que as pessoas, de um modo geral, são imediatistas, isto é, querem soluções rápidas, de preferência, plantar pela manhã e colher à tarde. Políticas de educação são políticas de longo prazo, ou seja, só renderá frutos ao final de 10 ou 15 anos. Ao longo de nossa história, pouco se fez, em termos práticos, com relação à implementação de uma sólida política de educação. Na verdade, o pouco que se fez, como é o caso da UFRJ, vem se degradando, ano após ano, com visíveis declínios, tanto na seleção de professores, e isto com reflexos diretos na formação de profissionais, quanto na aquisição de novos e modernos equipamentos.

Como medidas paliativas e a título de contribuição para os nossos governantes, sugere-se que as universidades produzam estudos enfocando a reforma da educação, considerando as regionalidades do nosso país. Em termos mais efetivos, é mister que os governantes acelerem a implementação das medidas propostas na reforma do Estado e contemplem as universidades públicas federais com um orçamento que permita investir em pesquisas, renovar seus equipamentos e contratar professores a nível de doutorado.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Distrito Federal: Senado, 1988.

BRASIL. MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no 9394/1996

CATANI, A. M. Educação Superior no Brasil, Reestruturação e metamorfose das Universidades Públicas. Rio de Janeiro: Vozes, 2002

CUNHA, L. A. Educação, Estado e democracia no Brasil. Brasília: Cortez, 2001

DURKHEIM, É. Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

FÁVERO, A.A.; PASINATO, D. O docente universitário como profissional pesquisador de sua própria prática. Revista Contrapontos - Eletrônica, Vol. 13 - n. 3 - p. 195-206 / set-dez 2013

GARRIDO, S. P.; ANASTASIOU, L. G. Docência do Ensino Superior. São Paulo: Cortez, 2002.

JUNIOR, J.P. Ensino jurídico em crise na UFRJ. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, ano 175, edição de 30 de julho de 2002.

MANNHEIM, K. Libertad y Planificación Democrática. México: Editorial Fondo de Cultura Económica, 1971.

MEROLA, E. Tem até prefeito. Revista magazine. Rio de Janeiro: Jornal O Globo, 09.nov.2004

PEREIRA, E.M.A. A universidade da modernidade nos tempos atuais. Avaliação (Campinas). Sorocaba, v. 14, n. 1, p. 29-52, mar. 2009.

ROMANELLI, O.O. História da educação no Brasil. 29ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

SCHWARTZMAN, S. Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

STEINER, J.E.; MALNIC, G. Ensino superior: Conceito e Dinâmica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

TEIXEIRA, A. Em defesa da universidade pública. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003

TRIGUEIRO, D. Um novo mundo, uma nova educação. Revista brasileira de Estudos pedagógicos. Brasília, v. 81, n. 199, p. 501-510, set./dez. 2000

WERTHEIN, J. Universidade: relevância e reforma. Seminário Universidade: por que e como reformar?. Brasília: Unesco, 2003.